



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

**Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores**

POLÍTICAS DO CORPO E O IMPERIALISMO DO PRAZER: UMA HISTÓRIA DECOLONIAL DO CORPO FEMININO NO BRASIL

BODY POLITICS AND THE IMPERIALISM OF PLEASURE: A DECOLONIAL HISTORY OF THE FEMALE BODY IN BRAZIL

Marcos Vinícius Pachêco Sousa¹²³⁴

RESUMO

O presente trabalho analisa historicamente as formas pelas quais a colonialidade estruturou o controle sobre o corpo feminino e a sexualidade no Brasil, compreendendo tais processos como expressões de um imperialismo do prazer que transformou os corpos em objetos de dominação política, econômica e simbólica. Parte-se do seguinte problema de pesquisa: de que maneira as heranças coloniais moldaram as políticas do corpo feminino e quais mecanismos de resistência podem ser identificados diante dessas estruturas de poder? O objetivo é investigar a construção histórica dos dispositivos de controle da sexualidade feminina desde o período colonial até a contemporaneidade, articulando questões de gênero, raça, classe e sexualidade a partir de uma perspectiva decolonial. Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza histórico-bibliográfica, fundamentada na análise crítica de fontes históricas, legislação, obras literárias e estudos produzidos nos campos da História, dos Estudos Decoloniais e da teoria feminista. A investigação percorre temas como a moralidade religiosa, a escravidão, a prostituição regulamentada, o tráfico internacional de mulheres e a objetificação dos corpos femininos, evidenciando a permanência de dispositivos coloniais de poder nas relações sociais brasileiras. Os resultados demonstram que a administração da sexualidade constituiu um elemento central da colonialidade, produzindo hierarquias de gênero e raça que ainda repercutem nas formas contemporâneas de violência, exploração e controle dos corpos. Conclui-se que uma leitura decolonial da história da sexualidade brasileira possibilita problematizar narrativas tradicionais, conferir centralidade às experiências das mulheres historicamente subalternizadas e contribuir para a construção de perspectivas historiográficas comprometidas com a justiça social e a democratização dos direitos sexuais e reprodutivos.

¹ Mestre em Estudos Culturais pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).

² Doutorando em Letras pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) – Campus de Três Lagoas (CPTL).

³ O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS/MEC – Brasil.

⁴ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



Palavras-chave: Imperialismo do prazer; corpo feminino; resistência; decolonialidade; história do Brasil.

ABSTRACT

This study historically examines the ways in which coloniality structured the control of the female body and sexuality in Brazil, understanding these processes as expressions of an imperialism of pleasure that transformed bodies into objects of political, economic, and symbolic domination. It addresses the following research question: how have colonial legacies shaped the politics of the female body, and what forms of resistance can be identified against these structures of power? The study aims to investigate the historical construction of mechanisms governing female sexuality from the colonial period to the present, articulating issues of gender, race, class, and sexuality from a decolonial perspective. Methodologically, the research adopts a qualitative, historical-bibliographical approach, grounded in the critical analysis of historical sources, legislation, literary works, and scholarship in the fields of History, Decolonial Studies, and feminist theory. The analysis explores themes such as religious morality, slavery, regulated prostitution, the international trafficking of women, and the objectification of female bodies, highlighting the persistence of colonial mechanisms of power within Brazilian society. The findings demonstrate that the regulation of sexuality constituted a central dimension of coloniality, producing gender and racial hierarchies that continue to shape contemporary forms of violence, exploitation, and bodily control. The study concludes that a decolonial reading of the history of Brazilian sexuality makes it possible to challenge traditional narratives, foreground the experiences of historically marginalized women, and contribute to historiographical perspectives committed to social justice and the democratization of sexual and reproductive rights.

Keywords: Imperialism of pleasure; female body; resistance; decoloniality; Brazilian history.

1 INTRODUÇÃO

Para alguns é a força mais poderosa da natureza. Para outros, o apocalipse. Cientistas, sistemas judiciais e governos ao longo do tempo usam a sexologia como experimento, e dessa forma, tais episódios culminaram e formaram a base dos conceitos sociais que temos hoje em ramos de liberdade sexual e de gênero.

Nessa perspectiva, as epistemologias femininas surgem como um contraponto crítico, questionando e expandindo o entendimento tradicional da sexualidade e do gênero. Elas vão fazer emergir uma perspectiva que valoriza a vivência e a sabedoria corporal, desafiando a visão androcêntrica que historicamente tem dominado maciçamente o campo científico. Ao fazer isso, elas reivindicam um espaço para vozes subalternizadas e promovem uma compreensão mais inclusiva e holística da sexualidade humana, sobretudo feminina.

Contudo, a caminhada é longa e intrínseca de desafios: as estruturas hierárquicas de poder que perpetuam desigualdades de gênero são resilientes e estão profundamente



solidificadas na sociedade. A contenda por uma representação equitativa no campo da sexologia é, portanto, ininterrupta. É preciso um esforço contínuo para garantir que as epistemologias femininas não sejam simplesmente um adendo ao discurso dominante, mas uma potência transformadora que redefine os contornos da justiça e da igualdade.

2 ENTRE A CRUZ E A ESPADA: CONTROLE RELIGIOSO E PATRIARCAL NA FORMAÇÃO DO BRASIL.

Nos primórdios no Brasil, a bestialidade — hoje zoofilia — podia levar à fogueira, de acordo com as ordens manuelinas e Filipinas, mas foram ignoradas com tempo e corrigidos com orações, já que havia “ameaças maiores”. Infelizmente, no cenário atual, ainda é uma prática recorrente nas áreas rurais e fator reafirmativo de masculinidade infantil para muitos, como percebe-se na afirmação do ex-Presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, acerca da prática, em uma entrevista concedida ao programa “sem saída”, do canal CQC, onde era submetido a um detector de mentiras:

Todo mundo ia atrás de galinha no galinheiro na minha cidade. Alguns mais malandros, iam atrás da bezerrinha, da jumentinha. Era comum. Não tinha mulher como tem hoje.
(Bolsonaro, 2018)

No Brasil colonial também era comum a iniciação do homem mais velho e uma criança, prática conhecida como pederastia. Entre irmãos, também era algo normal, eram “coisas juvenis que dariam lugar a outras práticas após o casamento”.

Nessa época do país em posição de colônia, segundo as ordenações Filipinas, um homem poderia tirar a vida de sua esposa se ela o traísse ou houvesse qualquer indício de ato de traição. Ao marido também era facultado matar o homem com quem ela estivesse traindo, mas essa lei tinha uma grande ressalva: sendo marido traído um jovem de baixa “virtude social”, e o amante uma pessoa de maior qualidade, o assassino poderia ser condenado a três anos de desterro na África em caso de homicídio.

Assim, nesse período de indiscutível poderio eclesiástico, a igreja só via problema se fossem dois homens consensualmente; sexo ocasional e forçado não era uma problemática. Alguns casos se tornaram famosos, como de Francisco Serrão de Castro, denunciado a Inquisição por um dos jovens que ele abusou; e a morte do indígena Timbiras, 1614, ao se relacionar com outros homens. Assim, várias são as referências a estas práticas durante o período de colonização do país, conforme aponta Luiz Mott:

1549: O Padre Manoel da Nóbrega relata que “os índios do Brasil cometem pecados que clamam aos céus e andam os filhos dos cristãos pelo sertão perdidos entre os gentios, e



sendo cristãos vivem em seus bestiais costumes”

1557: O calvinista Jean de Léry refere-se à presença de índios “tibira” entre os Tupinambá, “praticantes do pecado nefando de sodomia”

1613: Índio tibira Tupinambá do Maranhão, é executado como bucha de canhão por ordem dos frades capuchinhos franceses em São Luís, “para desinfestar esta terra do pecado nefando”; é primeiro homossexual condenado à morte no Brasil

1621: no Vocabulário da Língua Brasileira, dos Jesuítas, aparece pela primeira vez referência a “çacoaimbeguira: “entre os Tupinambá, mulher macho que se casa com outras mulheres. (Mott, 2006)

Assim, percebe-se ainda uma enorme caça aos nativos sul-americanos vistos aos olhos dos europeus como “desviantes”, que seria o que hoje conhecemos como pessoas transgêneros. Um relato escrito pelo padre capuchinho francês Yves D’Evreux, intitulado “Viagem ao Norte do Brasil” (1613-1614), (*Voyage au nord du Brésil fait en 1613 et 1614*), é especialmente notório nesse sentido. Escreveu o padre que:

Ha em Juniparan, na Ilha, um hermaphrodita, no exterior mais homem do que mulher, porque tem a face e voz de mulher, cabelos finos, flexíveis e compridos, e comtudo casou-se e teve filhos, mas tem um genio tão fôrte que vive porque receiam os selvagens da aldeia trocar palavras com ele. (D’évieux, 1874)

E ainda, após ter sido condenado por seus “crimes”, a fim de “purificar a terra de suas maldades”, teriam lhe proferido as seguintes palavras:

Morres por teus crimes, aprovamos tua morte e eu mesmo quero pôr fogo na peça para que saibam e vejam os francezes, que odiamos tuas maldades [...]: quando Tupan mandar alguém tomar teu corpo, si quiseses ter no Ceo os cabellos compridos e o corpo de mulher antes do que o de um homem, pede a Tupan, que te dê o corpo de mulher e ressuscitarás mulher, e lá no Ceo ficarás ao lado das mulheres e não dos homens. (D’évieux, 1874)

Nesse enquadramento, a legislação portuguesa teve três pilares jurídicos principais que fundamentavam a condenação às práticas sodomitas: as ordenações Afonsinas (1446); Manuelinas (1521) e Filipinas (1603). Já a inquisição no país, que começou por volta dos anos 1536 (bem depois da espanhola, que começou 1480), só teve a perseguição aos sodomitas autorizada pelo rei em 1553 e o reconhecimento papal acerca da prática em 1562.

Nesse parâmetro, as Ordenações Afonsinas narravam que os sodomitas deveriam ser queimados, fazendo referência ao destino das cidades bíblicas de Sodoma e Gomorra. Já as Ordenações Manuelinas contavam também com o confisco dos bens dos condenados, além da queima do condenado. As Ordenações Filipinas, por sua vez, mostram que o testemunho de uma pessoa só que tenha estado presente no sexual do caso era o suficiente para sua acusação.

À vista disso, a nudez era relacionada com a pobreza, já que os indígenas não tinham como se vestir, se proteger, se esconder. O padrão de beleza vinha de revistas e dos contos românticos, como do pé pequeno e da moça pálida, que evidenciava que ela não saía de casa e não trabalhava, as contrapondo com as mulheres escravas. Assim, os relatos de viajantes desse



período frequentemente contêm histórias de meninas de 10 a 12 anos que eram versadas em flertar, visto que já sabiam um valor de um marido desde tenra idade. Nessa ótica, o teólogo jesuíta Martín del Río (1551-1608) assegura que:

O sexo feminino é o mais suspeito por estar repleto de paixões vorazes e veementes. Sua imaginação conduz a desatinos, à volúpia, ao luxo e à avareza. Em compensação, faltam-lhes a prudência e a parcimônia, o que as tornam frágeis frente aos ardis do demônio. Desde Eva, as tentações da carne e as perversões sexuais provêm das mulheres. Não raro, os eruditos do final da Idade Média partem da falta de autocontrole das mulheres para explicar suas perversões sexuais e o desejo canibal, aproximando o ato de beber e comer do ato de copular. (Raminelli, 1996)

Em tal caso, alguns padrões desse período nos perseguem até os dias atuais, como a solidão da mulher negra, em que os corpos negros são sexualizados, mas não são tidos como ideal para se manter um relacionamento; ou como *brazilian waxing*, que para os estrangeiros significa “tirar todos os pelos”, um anacronismo secular angelical, já que os anjos são sempre retratados despidos de pelos. À luz desse pensamento, tem-se ainda muito enraizada a visão aristotélica da natureza:

Aristóteles acreditava que todas as coisas tinham um objetivo natural, ou telos, que poderia ser discernido pela observação. Ao olhar para populações animais, Aristóteles observava que os machos eram dominantes, e as fêmeas eram subordinadas. Machos eram maiores, e para Aristóteles mais ativos e importantes em cada espécie. Aristóteles argumentava ainda que o objetivo do sexo era a reprodução. Porque todas as coisas eram como deveriam ser e os machos eram superiores, Aristóteles afirmava que os homens proviam os aspectos importantes na reprodução. (Crawford, 2007)

Isto posto, na época nebulosa da escravidão, ocorria com os seres humanos “de cor” procedimentos congêneres com a reprodução em massa de gados nos grandes latifúndios. O propósito dos senhores de escravos era expandir a quantidade de indivíduos sem ter que pagar por eles, até meados anteriores à lei do ventre livre, já que todo filho de escravo, escravo era. O caso mais emblemático da temática no Brasil foi o escravo Roque José Florêncio, conhecido como Pata Seca, que segundo historiadores pode ter tido mais de 200 filhos desta forma.

Assim, o diagnóstico das relações de poder e reprodução durante o período da escravidão no Brasil, como ilustrado pelo caso de Roque José Florêncio, evidencia a intersecção entre a colonialidade do poder e as mecânicas de gênero e raça. Luciana Ballestrin, em seu debate acerca do “giro decolonial”, apresenta uma ótica crítica que nos possibilita compreender em que maneira essas dinâmicas não somente perpetuaram a opressão, mas também esculpiram as narrativas sociais que ainda ecoam na contemporaneidade.

Ballestrin preceitua que a colonialidade do poder, que se exterioriza na hierarquização das relações sociais, é um espólio que continua a moldar as estruturas de dominação na hodiernidade. A objetificação dos corpos, especialmente dos corpos femininos e racializados, é



um efeito direto dessa colonialidade, que se retrata nos procedimentos de reprodução à força e na desumanização de pessoas escravizadas. A concepção aristotélica de que os machos são súperos e dominantes se intrinca com a ótica da escravidão, onde a *savoir-faire* reprodutiva das mulheres escravizadas era explorada para potencializar os ganhos dos senhores de escravos.

Nesse ínterim, a efígie de Pata Seca não é unicamente uma figura de resistência individual, mas também uma insígnia das labirínticas relações de poder que conceituaram a vida dos escravizados. A sua prole, gerada em situações de exploração extrema, representa a continuidade de uma narrativa de resistência e sobrevivência, mas também a simbolizam um sistema que despreza a individualidade e a dignidade da pessoa humana. Assim, a crítica de Ballestrin nos propõe a analisar a forma como essas narrativas de opressão foram manufaturadas e como elas podem ser recontadas para incitar os informes dominantes que ainda hoje subalternizam as vozes dos seus porvindouros.

Assim, ao ponderar a história da sexualidade e da reprodução no Brasil, é basilar admitir a relevância de uma abordagem decolonial que não simplesmente identifique as injustiças do passado, mas que também sugira tenras maneiras de entender e valorizar as vivências das populações historicamente oprimidas.

2.1 Entre o mercado do sexo e os corpos à venda: prostituição e violência estrutural.

A história brasileira é rodeada de diversos casos sexuais que moldaram a nossa identidade, como Carlota Joaquina que traía o rei Dom João VI e caçava amantes no Porto; Dom Pedro I com Domitila Castro do Canto e Melo; Dom Pedro II e a condessa de Barral; Giuseppe e Anitta Garibaldi; dentre outros. Até Chiquinha Gonzaga, compositora e pianista que combinava o popular com o erudito, com 52 anos chocou a sociedade ao se casar com o rapaz de 16. Dessa maneira, toda essa questão sexual era mal vista no exterior ao passo que corroborava com a miscigenação do povo brasileiro, tendo-se que:

Talvez ainda mais emblemático da eugenia brasileira seja o Jeca-Tatu, figura da ficção literária introduzida pelo escritor Monteiro Lobato para representar a condição de atraso da raça brasileira. Jeca-Tatu era um indivíduo pobre, ignorante e mestiço. Por volta de 1918, no entanto, Monteiro Lobato havia mudado de ideia sobre seu significado. Seu livro *O Problema Vital* foi escrito expressamente para popularizar o saneamento como salvação do Brasil, em um esforço por desviar a atenção da explicação racial para a desintegração social. Nessa obra, Monteiro Lobato reviu seu ensaio sobre a decadência de Jeca-Tatu, que primeiro analisara em termos de raça e depois em termos de doenças epidêmicas. (Stepan, 2004)

Nesse cenário, a elite brasileira clama por uma separação divisora de águas entre sexo e vida social, com essa desagregação controlada por meio de intervenções sanitárias e educativas,



a fim de controlar os impulsos humanos, conforme depreende-se em Carrara que:

Assim, para explicar a decadência física e moral do Brasil, os intelectuais começaram então a enfatizar neolamarckianamente a influência de certos fatores ambientais como as doenças, a subnutrição, a ignorância, a pobreza, a imoralidade do meio social, a herança escravista, entre os mais importantes. Todas essas causada, diferentemente de fatores como raça e clima, poderiam ser alteradas mais rápida e eficazmente por meio de uma intervenção esclarecida, permitindo ao país abandonar definitivamente aquelas tais “formas inferiores de civilização”. Embora acreditando cada vez mais fortemente na possibilidade de “redenção”, os intelectuais brasileiros não desafiavam a ideia de que a raça brasileira devesse ser considerada biologicamente inferior. Eles também mantiveram intocada a ideia de que a sífilis era uma das mais prevalentes doenças no país e o suposto que a fundamentava, ou seja, o mito do comportamento sexualmente excessivo do brasileiro. Quais seriam as razões para isso? Possivelmente, isso se deu porque, magnificando o problema da sífilis, os médicos com sua ciência podiam se apresentar como os “salvadores da pátria”. O “problema brasileiro” não seria sem solução e eles teriam o poder de resgatar a nação. Mesmo assim, isso não esclarece o processo enigmático através do qual atributos negativos – como o excesso sexual e a extrema difusão da sífilis – eram quase valorizados nessa atmosfera de crescente nacionalismo. Do meu ponto de vista, para compreender esse processo, devemos estar atentos para a centralidade do ideal de miscigenação que, depois dos anos 1920, começa a ser considerada pelas elites brasileiras como o passo fundamental para a criação de uma raça única ou unificada, brasileira, quase branca. (Carrara, 2004)

À vista dessa ótica, o meretrício tinha um retrato econômico, social e cultural diversificado, já que faziam parte escravos libertos e mulheres livres brasileiras ou estrangeiras. No universo carioca de meados dos anos 1845, no período de vigência do segundo reinado, as meretrizes eram divididas em três classes: as aristocratas, as de sobradinho e as da escória. As aristocratas ficavam instaladas em casas muito belas, adornadas com espelhos e um piano, símbolo burguês do negócio, e eram mantidas por ricos políticos ou fazendeiros. A segunda classe, as acompanhantes de sobradinho, trabalhavam em hotéis ou nas casas de atendimento de Botafogo e do Jardim Botânico, e espreitavam as praças, mercados e as avenidas importantes à espera de clientes. Por fim, as meretrizes da escória eram moradoras de casebres, cortiços e mocambos, tendo destaque a presença das polacas nesse cenário de libertinagem.

À frente, o ano exato de 1867 é um marco na chegada dessas moças judias advindas Europa Oriental, que ficaram famigeradas como polacas. A América Latina era o destino favorito dessas mulheres pela enorme disparidade entre a quantidade de homens e mulheres, já que a imigração trouxe uma vultuosidade crescente de jovens solteiros e desacompanhados. A prostituição era tolerada e havia corrupção nos meios políticos e policiais que possibilitavam tanto a entrada ilegal como a ausência de repressão mais forte às atividades, potencializadas pela presença das rotas de navegação pelos portos brasileiros.

Nesse universo, sobre essas mulheres orientais de vida fácil, a historiadora e pesquisadora Margareth Rago, em seu livro “do cabaré ao lar” discorreu que:

A prostituta tinha, portanto, características de independência, liberdade e poder, que ligar



antes tinha importante presença em todos os aspectos sociais, constituir uma figura da modernidade devido a sua associação, a sua extrema liberalização dos costumes na sociedade civilizada, como também por sua desarticulação com os laços sociais tradicionais e possua variada gama de práticas sexuais diferenciadas. Era uma figura pública, já que podia comercializar seu cu como desejava, dissociando amor e prazer, e era extremamente poderosa por que simbolizavam ameaça e subversão dos códigos de comportamento estabelecido. (Rago, 1985)

Por conseguinte, ao final do século XIX, urgiu uma nova forma de regulamentar e higienizar os bordéis brasileiros, objetivando definir uma nova economia do sexo e disciplinando a prostituição para impedir que se manifestassem formas aberrantes de comportamento sexual. De antemão, conceituando os carros-chefes do período “prostituição, exploração sexual e tráfico de pessoas”, as pesquisadoras Priscila Nottingham e Helena Frota preceituam que:

Por prostituição consideramos a atividade exercida por mulher adulta e consciente, que desempenha a função de forma voluntária e autônoma. Já a exploração sexual é considerada atividade que mantém uma mulher na prostituição contra a sua vontade ou tendo que dividir com seus ganhos com terceiros, sendo esses últimos evidenciados nas figuras do cafetão e/ou da cafetina. Por fim, o tráfico de mulheres é evidenciado como aquele que prevê o aliciamento, transporte e exploração das vítimas no destino final. (Frota, 2012)

Circunstancialmente, o ideal tolerado passou a ser a prostituta recatada e dessexualizada, que cumpria seus deveres profissionais sem sentir prazer e sem gostar de sua atividade laboral. No mais, era escudado que os bordéis fossem localizados em bairros distantes de escolas, de igrejas, dos internatos e dos bairros residenciais, e as meretrizes deveriam ter pouquíssimas permissões de saída. Os objetivos reais de tal normatização visavam lutar contra doenças venéreas, limpar as ruas e mitigar a libertinagem e a reunião das mulheres em bordéis certificados, diminuindo a possibilidade de se espalharem pela cidade.

Muitas não se submeteram ao meretrício regulamentado, por medo e pudor de serem estigmatizadas pelo seu registro de prostituta. Entretanto, não deixaram de ir à rua escondidas atrás de clientes, e nesse processo eram cooptadas pelos cafetões, tornando-se vítimas dos marginais lenocidas e acabando ainda mais marcadas. Além disso, submetidas aos cafetões, estes detinham o direito legal de vendê-las, trocá-las ou comprar outras de acordo com a demanda e satisfação da clientela. Assim, segundo Perrot afirma que:

Mas motivada, na maior parte do tempo, pela miséria, pela solidão, a prostituição é acompanhada de uma exploração, ou mesmo de uma superexploração, do corpo e do sexo das mulheres. (Perrot, 2007)

Em tal caso, o método de vigilância dessa prostituição era permeado de inúmeras falhas: atacava somente a prostituta e não o cliente, a perseguindo por um tipo de relação em que o homem também estava presente. Ela era então sequestrada e confinada em casas isoladas,



taxada na polícia como prostituta profissional, vigiada severamente pelos médicos e acusada de ser transmissora de sífilis e de outras doenças venéreas – a sua vida era um verdadeiro inferno terreno. Dessa maneira, depreende-se o pensamento de Perrot, que roga que em um:

Mundo em expansão, a prostituição diversifica sua oferta. As casas de rendez-vous, mais refinadas, distinguem-se dos prostíbulos sórdidos, onde as mulheres emendam coitos de cinco minutos [...] No terço final do século XVIII, o 'tráfico de escravas brancas' amplia o mercado; das zonas pobres da Europa central, mulheres polonesas e provenientes dos guetos são levadas para as zonas boêmias das cidades sul-americanas. (Perrot, 2007)

Nesse decurso, sofrendo sozinha toda a represália de práticas não toleradas pela sociedade, enquanto o homem que utilizava de seus serviços ficava sempre exímio de qualquer responsabilidade, o resultado do sistema regulamentar aplicado acabou por ser o oposto do que se propusera: a prostituição clandestina aumentou e as prostitutas inscritas acabavam por fugir quando haviam fundadas suspeitas de que haviam contraído alguma doença venérea.

Dessa forma, a balanço acerca da prostituição e das metodologias de dominação sobre o corpo feminino no Brasil, como explorado, indica não obstante a exploração econômica, bem como também a convergência de questões de gênero, raça e classe que pairam sob a história da sexualidade no país. Tertuliana Lustosa, em sua obra "Educando com o cu", alvitra uma contemplação sobre como o corpo, especialmente o corpo subalternizado, pode ser um agente de renitência e de antagonismo de saberes. Lustosa preceitua que o corpo não é tão-somente um brio de controle, mas também um símbolo de tenacidade e de expressão de potências pedagógicas e artísticas.

Por esse lado, a prostituição, longe de ser uma prática eremítica, é um espelho das relações de poder que norteiam a sociedade. As mulheres que se viam coagidas a se sujeitar ao meretrício regulamentado não eram unicamente vítimas de uma estrutura que as marginalizava, mas também condutoras de suas próprias histórias, mesmo que essas narrativas fossem continuamente veladas. Lustosa nos propõe a conceituar como essas mulheres, ao envolverem espaços de resistência, desatinam as normas sociais que as repelem à invisibilidade e à desumanização.

A ótica de que o corpo "fala" e possui conhecimento é umbilical para compreender o hermetismo das vivências femininas na prostituição. As meretrizes, ao se perpassarem entre os limites prescritos pela sociedade, não apenas procriam as condutas de opressão, mas também forjam formas de resistência que afrontam a moralidade vigorante. Assim, a prostituição se torna um coliseu onde as mulheres, mesmo sob estado de vulnerabilidade, buscam proclamar sua autonomia, retomar as rédeas e reescrever suas narrativas.

Outrossim, Lustosa evidencia a necessidade de escutar as vozes dessas mulheres,



legitimando que suas históricas são essenciais para a construção de um conhecimento que não se delimita às narrativas hegemônicas. A escuta ativa e o enaltecimento dessas experimentações são caminhos vitais para descolonizar o saber e diligenciar uma educação que acate as diversidades e as individualidades de cada corpo.

Dessa forma, ao ponderarmos sobre a prostituição e os pilares que a asseveram, é elementar visualizar que as mulheres padecidas nessa prática não são somente vítimas, mas também emissárias de saberes e experiências que incitam as normas sociais. A contenda por admissão e respeitabilidade, como sugerida por Lustosa, deve ser tida como componente de uma cinesia mais ampla de obstinação contra as opressões que perpassam a história da sexualidade no Brasil.

2.2 As polacas e o imperialismo do desejo: sob a égide da elite.

Um caso fático de acontecimentos com respaldo social que demandou uma proteção jurídica foi a questão do contrabando sexual no Brasil na metade do século XX. Mulheres advindas da Polônia, Áustria, Ucrânia e outros países eram vítimas de tráfico de pessoas. Inicialmente, eram atraídas com a promessa de casamento com um pretendente judeu residente no Brasil que teria enricado e estava atrás de uma esposa judia. Todavia, não passava de um golpe para ludibriar a “matéria prima” da máfia das organizações criminosas de cunho sexual, que eram da própria organização judaica no Brasil. A personagem Madame Pommery, uma filha de “um polaco israelita de nome Ivan Pomerikowsky” tem uma fala no livro de seu mesmo nome, de autoria de Hilário Tácito, que bem exemplifica essa fantasia judia:

Parece que este Mr. Defer lhe tinha insuflado pensamentos aventureiros e ambições de rápida fortuna, pintando-lhe asas paragens meridionais do Novo Mundo tal qual o País de Cocagne fabuloso, onde o ouro e as pedras preciosas são em tanta abundancia como as araras, os papagaios e os macacos. O fato é que Madame Pommery, repentinamente, assentou de se embarcar para as Américas. Encasquetou-se lhe a ideia de ‘fazer América’. Só pensava na América. (Tácito, 1998)

À mercê dessa dinâmica, as prostitutas de origem judaica sofriam ainda mais no Brasil. As *cocottes*, acompanhantes francesas, eram prostitutas de elite, de luxo, enquanto as polacas - apelido pejorativo dada as mulheres judias que trabalhavam com sexo pago no Brasil - eram o baixo meretrício. As polacas eram as “escravas brancas” do período, que só acabou com final da segunda guerra mundial. Na época houve uma grande disseminação de doenças venéreas, como de praxe em períodos de conflagração.

Todo o sucesso e a lucratividade dessa prostituição de luxo estão umbilicalmente interligados ao imaginário social brasileiro relacionado às “polacas” e ao embranquecimento da



população, como afirma Margareth Rago:

A atração pela ‘polaca’, seja ela associada às polonesas, austríacas, russas ou judias fundou-se na constituição de um imaginário voltado para a idealização das regiões distantes povoadas por raças diferentes, onde ocorriam histórias fantásticas de nobres, num país onde até em tão grande parte das prostitutas provinha dos contingentes de escravas e ex escravas negras, principalmente no Rio de Janeiro. Mulheres loiras, ruivas, claras, delicadas, de olhos verdes ou azuis tornavam-se mais misteriosas e inatingíveis para uma clientela masculina seduzida pelos mistérios fantásticos da vida moderna e impulsionada pelo desejo de desvendar física e simbolicamente os labirintos. (Rago, 1991)

Nesse sentido, tem-se visualizado o imenso papel da mulher na história da sociedade brasileira e seu recorrente apagamento por parte dos que contam essas histórias. Não obstante, indo de encontro a afirmação, faz-se necessário levantar as palavras proferidas no prefácio do livro “Minha história das mulheres”, de Michelle Perrot, que afirma que:

O momento agora é de fazer com que um público mais amplo tenha acesso às descobertas dos historiadores. A história precisa sair das universidades e ganhar as ruas. A história das mulheres deve ser discutida nos salões de beleza, nos almoços de família, nas mesas de bar, nos ambientes de trabalho; deve estar presente nas escolas, nas TV’s e rádios brasileiras, no judiciário e no legislativo, assim como na elaboração de políticas públicas. (Perrot, 2007)

Em tal caso, começou a surgir ao redor do mundo várias associações com o propósito de proteger essas mulheres “de vida fácil” e eliminar do tráfico de pessoas, como a Associação das Mulheres Judias, fundada em 1915, no Rio de Janeiro.

Assim, o crime de lenocínio era tido como grave, sendo coibido tanto pela Secretaria de Segurança Pública como pela então Polícia do Porto. Todavia, incessantemente, os cafetões tinham sua passagem favorecida, em localidades em que a indústria do sexo estava se expandindo, por policiais corruptos a troco de propina ou quaisquer outras gratificações, inclusive as de cunho sexual.

Nesse contexto, a lei além do poder intimidador simbólico também é coatora da prática que visa reprimir, impedindo que novas transgressões sejam empreendidas. No Brasil, o Código Penal de 1890 já tipificava em seu artigo 278 o crime de:

Induzir mulheres, quer abusando da sua fraqueza ou miséria quer constringendo-as por intimidações ou ameaças, a empregarem-se no tráfico da prostituição; prestar-lhes por conta própria ou de outrem, sob sua ou alheia responsabilidade, assistência, habitação e auxílios, para auferir direta ou indiretamente, lucros desta especulação. (Brasil, 1890)

Contudo, com o que se depreende do livro de Hilário Tacito, “Madame Pommery”, a protagonista é um ícone da prostituição de luxo e não padece de intimidações com o poder policial por ser cafetina, o que já era tido como crime pelo Código Penal brasileiro na época. Isso dava-se por meio de dois pilares: sua origem europeia, o que lhe dava notoriedade nesse



interim da Belle Époque; e sua correlação tão estreita com as autoridades da localidade, o que sucedia de mesmo modo na vida real com os cafetões ricos e poderosos do decurso.

Por conseguinte, a obra da escritora Bell Hooks, “cinema vivido: raça, classe e sexo nas telas”, nos convida a repensar sobre a primordialidade de um cosmos cultural que não apenas infira, mas também celebre a diversidade das experiências femininas. Essa legitimação é essencial para a edificação de uma narrativa que desatine as normas patriarcais e que possibilite que as mulheres, singularmente aquelas de grupos marginalizados, se enxerguem refletidas de maneira autêntica e respeitada nas representações culturais. Ao conceber e viabilizar espaços onde as vozes femininas possam ser ouvidas, estamos coadjuvando a desestabilização das referências dominantes que incessantemente limitam as mulheres a meros instrumentos de desejo ou vítimas de suas circunstâncias.

Ademais, a interseccionalidade alvitada por Hooks nos encaminha a compreender como as vivências de mulheres de diferentes raças, classes e orientações sexuais se tecem e se intervêm mutuamente. Essa interpelação nos ampara a captar que a luta por justiça social não pode ser tida de forma apartada; pelo contrário, ela deve ser reputada como um esforço coletivo que discerne as complexidades das identidades femininas. Ao aproximar-se questões como a prostituição e o tráfico de pessoas, é elementar que as vozes das mulheres consternadas sejam dominantes na narrativa, possibilitando que suas histórias sejam relatadas em seus próprios termos, sem a filtragem ou retenção de estereótipos ou preconceitos.

3 DESENVOLVIMENTO

A análise fundamenta-se na perspectiva dos Estudos Decoloniais, compreendendo a colonialidade como um padrão de poder que ultrapassa o período histórico da colonização e continua estruturando relações de gênero, raça, sexualidade e produção do conhecimento. Nesse sentido, dialoga-se com Aníbal Quijano acerca da colonialidade do poder, com Walter Dignolo sobre a colonialidade do saber e com María Lugones, cuja noção de colonialidade de gênero evidencia a constituição histórica das hierarquias sexuais e raciais. Complementarmente, recorre-se às contribuições da teoria feminista, especialmente às discussões sobre corpo, sexualidade e biopolítica, permitindo compreender o corpo feminino como espaço de disciplinamento, controle e resistência.

O conceito de imperialismo do prazer é utilizado para interpretar historicamente os mecanismos pelos quais o desejo, a sexualidade e a corporeidade femininas foram apropriados por projetos coloniais, patriarcais e capitalistas, produzindo formas de exploração que persistem na contemporaneidade. Dessa maneira, a pesquisa busca articular História, Estudos Decoloniais



e teoria feminista para compreender as continuidades e rupturas das políticas do corpo no Brasil.

Assim, a pesquisa possui abordagem qualitativa e natureza histórico-bibliográfica. O procedimento metodológico fundamenta-se na revisão crítica da literatura especializada e na análise de fontes históricas, legislação, documentos oficiais, obras literárias e produções acadêmicas voltadas à História das Mulheres, História da Sexualidade, Estudos Decoloniais e teoria feminista. A análise privilegia uma perspectiva interpretativa, buscando compreender os processos históricos que constituíram o controle da sexualidade feminina e suas permanências nas relações sociais brasileiras.

Nesse sentido, os resultados evidenciam que o controle da sexualidade feminina constituiu elemento estruturante da colonialidade no Brasil. Desde o período colonial, instituições como a Igreja, o Estado e o sistema escravista produziram mecanismos de normatização dos corpos, definindo padrões de moralidade, maternidade e comportamento feminino articulados às hierarquias de raça e classe.

A investigação demonstra que práticas como a escravização de mulheres negras, a regulamentação da prostituição, o tráfico internacional de mulheres e a objetificação dos corpos femininos não constituem fenômenos isolados, mas expressões históricas de um mesmo sistema colonial de poder. Tais mecanismos foram continuamente ressignificados ao longo dos séculos, mantendo formas de exploração e violência que permanecem presentes na sociedade contemporânea.

A perspectiva decolonial permite compreender que as resistências femininas também constituem parte dessa trajetória histórica. Ao questionarem os padrões impostos pela colonialidade, mulheres de diferentes contextos sociais produziram formas de enfrentamento que desafiaram a naturalização da dominação sobre seus corpos. Assim, conclui-se que uma leitura decolonial da história da sexualidade brasileira amplia a compreensão das relações entre gênero, raça e poder, contribuindo para uma historiografia comprometida com a valorização das experiências historicamente subalternizadas e com a defesa da justiça social e dos direitos sexuais e reprodutivos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório evidenciar que a obstinada disparidade entre homens e mulheres é um empecilho para a liberdade reprodutiva e sexual das mulheres. A violência na vida cotidiana tem sido uma indubitável ferramenta de preservação da soberania sobre a vida sexual delas também. Mas ainda assim, há uma robusta reação por parte dos setores conservadores em oposição aos alvites feministas de transição social e cultural nestes setores. Um exemplo



dilacerante é a conduta contrária à aceitação do aborto. Esse comportamento frutifica pactos entre igrejas, partidos políticos e outras esferas no sentido de reprimir avanços no plano legal e das políticas sociais.

A demanda por tais avanços parte dos direitos sociais, como salvaguarda de um Estado promotor de bem-estar e de conversão social. A condição de cidadão tem sido aperfeiçoada como ferramenta de embate à desigualdade social, à conquista de direitos e como um artifício de fundar um moderno método democrático baseado no engajamento com a justiça social, com a ética e com uma moral que seja implementadora da dignidade humana, como prestígio global que efetive a suplantação dos estereótipos e pré-noções.

Por último, ressalta-se ainda a peleja de o poder público discernir que as políticas voltadas para a temática sexual – seja qual for o âmbito a ser abrangido - devem ser tidas como um elemento das prerrogativas de um Estado laico e democrático, e por conseguinte, suas condutas devem pleitear a preservação dos direitos da população e, neste fundamento, não logram formulação nem implantação conforme preceitos retrógrados ou de qualquer crença.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. [s.l.]: [s.n.], 2023.

BRASIL. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Promulga o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil.

CARRARA, Sérgio. “**Estratégias anticoloniais: sífilis, raça e identidade nacional no Brasil de entreguerras**”. Em: HOCHMAN, Gilberto e ARMUS, Diego (Orgs). Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. pp.427-453. 2004.

CRAWFORD, Katherine. **European sexualities, 1400-1800**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

D’EVREUX, Yves. **Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614 pelo padre Ivo D’evreux, religioso capuchinho, publicada conforme o exemplar único conservado na Biblioteca Imperial de Pariz**. Maranhão: Typ. Do Frias, 1874.

FROTA, Helena; NOTTINGHAM, Priscila. **O Brasil na Rota do Tráfico de Escravas Brancas: Entre a Prostituição Voluntária e a Exploração de mulheres na Belle Époque**. SINAIS– Revista Eletrônica. Ciências Sociais. Vitória, v 11, n.11, junho. 2012.

HOOKS, bell. **Cinema Vivido: Raça, Classe e Sexo nas Telas**. São Paulo: Editora XYZ, 1996.

LUSTOSA, Tertuliana. **Educando com o cu**. Periódicus, Salvador, n. 19, v. 2, jul.-dez. 2023. Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades.



MOTT, Luiz. “**Igreja e homossexualidade no Brasil: Bibliografia temática, 1547-2006.**” Disponível em <http://www.diversidadecatolica.com.br/opiniao_mott.asp>. Acesso em: 4 de dez. de 2024. Comunicação apresentada no II Congresso sobre Epistemologia, Sexualidade e Violência, São Leopoldo, RS, 2006.

O VÍDEO DE 2012 EM QUE BOLSONARO ADMITE ZOOFILIA E BATER EM MULHERES. **Mundo ao minuto**, 10 de out. de 2018. Disponível em:<<https://www.noticiasao minuto.com/mundo/1095370/o-video-de-2012-em-que-bolsonaro-admite-zoofilia-e-bater-em-mulheres>>. Acesso em: 6 de dez. de 2024.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução: Ana M. S. Corrêa. Prefácio: Carla Pinski. São Paulo: Contexto, 2007.

RAGO, Luzia Margareth. **Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar: Brasil (1890 – 1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Luzia Margareth. **Os Prazeres da Noite: Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo: (1890 – 1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RAMINELLI, Ronald. **Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 1996.

STEPAN, Nancy. “**A Eugenia no Brasil – 1917 a 1940**”. Em: HOCHMAN, Gilberto e ARMUS, Diego (Orgs). *Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. pp. 331-391. 2004.

TÁCITO, Hilário. **Madame Pommery**. São Paulo: Ática, 1998.